Mapeamento das Ações as Secretarias Estaduais Voltadas à Segurança Alimentar no Estado do Amazonas

Mapping of State Government Actions for Food Security in the State of Amazonas

Mizaque França de Souza
Aluno do Instituto Federal do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste. Manaus (AM) Brasil
Cristiane Cavalcante Lima
Professora do Instituto Federal do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste. Manaus (AM) Brasil
Clodoaldo Ramos Pontes
Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas. Manaus (AM) Brasil

GT 10 - Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional e Dinâmicas de Consumo

Resumo: A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um eixo estratégico para a promoção da saúde e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Este estudo mapeia as ações de SAN em dez secretarias estaduais do estado do Amazonas. Trata-se de uma pesquisa em andamento, de abordagem qualitativa e descritiva, dividida em três etapas, cuja a primeira: análise de dados secundários disponíveis nos sites oficiais das secretarias estaduais, é objetivo de análise apresentado por este trabalho. Os resultados parciais indicam que a atuação das secretarias SEPROR e a SEPA focam na produção rural e são cruciais para o abastecimento regional. A SEAS atua na assistência emergencial via cozinhas comunitárias, enquanto SEDUC e SES operam no âmbito do PNAE e da vigilância nutricional, respectivamente. Demais secretarias, como SEMA e SEFAZ, oferecem suporte indireto. Conclui-se que, embora o estado apresente diversas iniciativas, a efetividade da SAN enfrenta desafios estruturais e a principal fragilidade identificada reside na baixa articulação intersetorial e pouca integração entre as políticas públicas. Espera-se, ao final desse estudo, fornecer subsídios para o fortalecimento da governança intersetorial em termos de políticas públicas de SAN no Amazonas.
Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; Políticas Públicas; Governança intersetorial.

Abstract: Food and Nutritional Security (FNS) is a strategic pillar for promoting health and ensuring the Human Right to Adequate Food (HRAF). This study maps FNS initiatives in ten state departments in the state of Amazonas. This is an ongoing study with a qualitative and descriptive approach, divided into three stages, the first of which—analysis of secondary data available on the official websites of the state departments—is the focus of this paper. Preliminary results indicate that the activities of the SEPROR and SEPA departments focus on rural production and are crucial for regional food supply. The SEAS department provides emergency assistance through community kitchens, while SEDUC and SES operate within the scope of the PNAE and nutritional surveillance, respectively. Other departments, such as SEMA and SEFAZ, offer indirect support. It is concluded that, although the state has implemented various initiatives, the effectiveness of the National Nutrition Program (SAN) faces structural challenges, and the main weakness identified lies in the low level of intersectoral coordination and limited integration among public policies. It is hoped that, by the end of this study, it will provide insights for strengthening intersectoral governance in terms of public policies for the National Nutrition Program (SAN) in Amazonas.

Keywords: Food and nutritional security; Public policy; Intersectoral governance.

1. Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) constitui um eixo das políticas públicas voltadas à promoção da saúde, à redução das desigualdades sociais e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). No Brasil, esse conceito está associado à soberania alimentar e a construção de sistemas sustentáveis, sendo operacionalizado por meio

de políticas intersetoriais. Assim, a SAN vai além do acesso aos alimentos, envolvendo qualidade, regularidade, adequação cultural e participação social (Maluf; Zimmermann; Jomalinis, 2021).

Apesar de sua relevância, a efetivação da SAN enfrenta desafios estruturais, como a fragmentação das ações governamentais e a necessidade de maior articulação entre os setores. Além disso, fatores econômicos, produtivos e logísticos influenciam diretamente a disponibilidade e o acesso aos alimentos (Vieira Filho; Ribeiro, 2025).

Diante disso, o presente estudo pretende mapear as ações das secretarias estaduais do Amazonas relacionadas à segurança alimentar. O referido mapeamento tem por objetivo fornecer subsídios para o fortalecimento da governança intersetorial em termos de políticas públicas de SAN no estado do Amazonas.

2. Revisão da Literatura

A SAN é reconhecida como um direito humano fundamental e um eixo das políticas públicas voltadas à promoção da saúde e da justiça social. Esse conceito foi consolidado a partir da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o qual institucionaliza a participação social e a articulação intersetorial como diretrizes essenciais para a eficácia das políticas de alimentação (Brasil, 2006).

No Brasil, a SAN foi institucionalizada pela Lei nº 11.346/2006, a qual define como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, sem comprometer outras necessidades essenciais, tais como: diversidade cultural e a sustentabilidade. Essa definição converge com a perspectiva da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a qual entende que só há segurança alimentar quando todas as pessoas têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, nutritivos e ambientalmente seguros. De modo geral, a SAN abrange não apenas a disponibilidade, mas também o acesso, a qualidade (sanitária e ambiental) e a estabilidade ao longo do tempo (FAO *et al*., 2025; Kieling ,2024).

A perspectiva ampla de SAN acima descrita alinha-se ao desafio global de erradicação da fome e redução da pobreza preconizado pela Agenda 2030, a qual estabelece metas estratégicas para garantir acesso universal à alimentação adequada (FAO *et al*., 2025).

3. Metodologia

A presente pesquisa, voltada ao mapeamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas secretarias estaduais do estado Amazonas, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e de abordagem qualitativa. A coleta de dados considerou conteúdos

atualizados divulgados pelos sites oficiais das 10 secretarias selecionadas e os dados foram tratados por meio da técnica de análise de conteúdo. (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021)

O presente estudo trata-se de uma investigação em andamento, a qual está organizada em três etapas: 1) análise de dados secundários disponíveis nos sites oficiais das secretarias estaduais; 2) observação não participante nas reuniões da CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional)_ cuja a agenda corresponde a socialização das ações de promoção de SAN conduzidas pelas secretarias _ e 3) Entrevistas semi-estruturadas com atores potenciais de cada secretaria.

Para a primeira fase da pesquisa (1), a qual corresponde ao objeto deste resumo expandido, os procedimentos adotados foram: pesquisa de campo de caráter documental, realizada por meio da coleta e análise de dados secundários disponíveis nos portais eletrônicos oficiais das secretarias.

O Estado do Amazonas possui uma estrutura administrativa com mais de 20 secretarias. Para esta pesquisa foram selecionadas as que atuam de forma direta ou indireta na promoção da SAN do estado, sendo elas: Sec. de Est. da Produção Rural (SEPROR), Sec. de Est. de Assistência Social (SEAS), Sec. de Est. da Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC), Sec. de Est. da Fazenda (SEFAZ), Sec. de Est. de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), Sec. de Est. do Meio Ambiente (SEMA), Sec. de Est. da Saúde (SES), Sec. de Est. das Cidades e Territórios (SECT), Sec. de Est. de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação (SEDECTI) e Sec. de Est. de Pesca e Aquicultura (SEPA).

4. Resultados

Os dados coletados a partir dos sites oficiais revelam que no âmbito da produção e disponibilidade de alimentos, a SEPROR e a SEPA destacam-se pelas ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, produção rural, pesca artesanal e aquicultura. Foram identificadas iniciativas recentes como apoio técnico aos produtores, incentivo à comercialização em feiras locais e programas de fomento à produção de pescado. As ações divulgadas nos sites dessas secretarias demonstram contribuir no abastecimento do estado, considerado um dos mais complexos em termos de logística no escoamento de sua produção.

Os dados coletados no site da SEAS apresentam ações voltadas à equidade econômica e social, com iniciativas relacionadas à manutenção de políticas públicas de segurança alimentar, como cozinhas comunitárias, cujas ações possuem caráter emergencial e compensatório, importantes para o enfrentamento imediato da insegurança alimentar.

Em relação às ações da SEDUC e a SES, estas desenvolvem atividades complementares. A SEDUC atua por meio da oferta de alimentação escolar via aquisição de

alimentos da agricultura familiar por meio da Política Pública de Alimentação Escolar (PNAE), já a SES está vinculada à Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), que fornece informações e indicadores sobre o estado nutricional e o consumo alimentar da população, permitindo identificar problemas nutricionais e orientar o monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2015).

No que se refere às demais secretarias: SEFAZ, SEDECTI, SEMA, SEJUSC e SECT, estas atuam de forma indireta. Suas iniciativas cooperam para a sustentação das políticas de segurança alimentar no que se refere à produção sustentável, acesso à terra e organização econômica das cadeias produtivas.

5. Considerações finais

Os dados obtidos nos portais oficiais das secretarias do Amazonas revelam uma diversidade de ações voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Contudo, a principal fragilidade identificada reside na baixa articulação intersetorial e uma baixa integração entre as políticas públicas.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional–SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF,18 set.2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de Conteúdo: uma metodologia de Pesquisa Qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.98-111/2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO) *et al.* **The State of Food Security and Nutrition in the World 2025: addressing high food price inflation for food security and nutrition**. Rome: FAO, 2025.

KIELING, Daniel. Fortalecendo a agricultura familiar para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável: Políticas, financiamento e tecnologia. **Revista VIDA: Exatas e Ciências da Terra (VIECIT),** v. 2, n. 1, p. 99-103, 2024.

MALUF, Renato S.; ZIMMERMANN, Silvia A.; JOMALINIS, Emília. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 517-544, 2021.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; RIBEIRO, Wilson André Barreiros. Segurança alimentar e nacional: fatores intervenientes. **Revista de Política Agrícola**, [S. l.], v. 34, p. e02001, 2025. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/2001>. Acesso em: 22 mar. 2026.